O ESTADO DA ARTE EM VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR:UMA TRISTE REALIDADE NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

JOÃO ROBERTO ROQUE JUNIOR

RESUMO
A presente investigação, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar a produção acadêmica sobre a violência no ambiente escolar brasileiro, por meio da elaboração de um estado da arte, inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico, fundamentado em autores da área de metodologia científica, que possibilitou a compreensão do campo investigado e o mapeamento das principais produções sobre o tema, sendo a pesquisa desenvolvida a partir da base de dados SciELO, utilizando como descritores "violência" e "violência no âmbito escolar", sem recorte temporal, com o intuito de ampliar a abrangência da análise. Foram identificados 24 artigos, dos quais 9 atenderam aos critérios de inclusão, sendo analisados integralmente, os estudos selecionados evidenciam que a violência escolar é um fenômeno complexo, multifacetado e profundamente relacionado às desigualdades sociais, econômicas e culturais.
As produções apontam a predominância de abordagens que associam a violência à indisciplina e a comportamentos individuais dos estudantes, muitas vezes desconsiderando seus determinantes estruturais. Observa-se, ainda, que práticas como o bullying, a violência física contra professores e a violência intrafamiliar aparecem como dimensões interligadas, reforçando a necessidade de uma compreensão ampliada do fenômeno. Os estudos também destacam a influência do território, das condições de trabalho docente, das relações familiares e do clima escolar na produção e reprodução da violência, além disso, identificou-se uma tendência à adoção de estratégias normativas e punitivas no enfrentamento da violência, em detrimento de práticas pedagógicas voltadas à mediação de conflitos, à escuta e à promoção de uma cultura de paz. Nesse contexto, a articulação entre escola, família e rede de proteção emerge como elemento fundamental para o desenvolvimento de ações eficazes. Conclui-se que há uma lacuna significativa na produção acadêmica no que se refere a abordagens críticas e estruturais da violência escolar, o que reforça a necessidade de pesquisas e práticas educativas comprometidas com os Direitos Humanos, a justiça social e a formação integral dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Violência escolar; Direitos Humanos; Mediação de conflitos.

INTRODUÇÃO

A presente investigação, de natureza qualitativa, teve início com a realização de um levantamento bibliográfico, etapa fundamental para a compreensão do campo investigado. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica se apoia no conjunto das produções já publicadas sobre determinado tema, destacando-se por sua relevância e por possibilitar o acesso a dados atualizados e significativos, diretamente relacionados ao objeto de estudo.
A partir desse mapeamento inicial da literatura, procedeu-se à elaboração do estado da arte. Esse tipo de análise caracteriza-se por uma abordagem eminentemente bibliográfica e tem como propósito problematizar e sistematizar as produções acadêmicas existentes, permitindo uma leitura crítica dos diferentes enfoques, contextos históricos e espaços nos quais as pesquisas foram desenvolvidas. Conforme assinala Ferreira (2002), o estado da arte possibilita identificar como, em que circunstâncias e sob quais perspectivas as investigações foram produzidas, evidenciando tendências, recorrências e lacunas no campo de estudo.
Dessa forma, o presente estado da arte teve como objetivo realizar o levantamento e a análise de produções científicas que abordassem a violência no âmbito escolar, considerando pesquisas desenvolvidas no contexto da educação brasileira e com texto completo disponível, o que constituiu um dos critérios de inclusão. Foram excluídos todos os estudos cujo foco principal não estivesse relacionado à temática investigada.
Como critérios de inclusão, adotou-se a seleção de artigos científicos realizados no ambiente escolar e publicados em

periódicos nacionais, disponíveis na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando como descritores as palavras-chave "violência" e "c". Não foi estabelecido recorte temporal para a seleção dos estudos, de modo a permitir uma compreensão mais ampla da produção acadêmica sobre o tema.
Foram definidos como critérios de exclusão: pesquisas que não se inseriam no campo da educação brasileira; estudos desenvolvidos fora do contexto escolar; produções que tratavam da temática em países estrangeiros; bem como trabalhos que abordavam a violência em outros contextos sociais que não o educacional. A SciELO foi adotada como fonte de dados por se tratar de uma base de reconhecida relevância científica, que reúne periódicos com rigor editorial e ampla circulação na área da educação. A busca resultou na identificação de 24 artigos, cujos títulos, resumos e textos completos foram analisados de forma criteriosa, a fim de verificar a aderência ao objeto de estudo proposto. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, 9 artigos atenderam plenamente aos requisitos definidos e, portanto, foram selecionados para compor o presente trabalho.
Zuco (2024) analisa, a partir de uma abordagem qualitativa, as compreensões de docentes sobre as violências no espaço escolar em uma escola pública de Florianópolis (SC), fundamentando-se na concepção de violências na, da e contra a escola (Priotto; Boneti, 2009). Os resultados evidenciam que as violências física e verbal são as mais reconhecidas pelos(as) professores(as), enquanto outras formas, como a violência simbólica e institucional, tendem a ser naturalizadas ou confundidas com indisciplina, o que fragiliza as estratégias de intervenção.
O estudo destaca ainda a relação intrínseca entre violência escolar e violência estrutural, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, agravados pelos efeitos da pandemia de Covid-19, que intensificaram desigualdades educacionais, conflitos e situações de violência doméstica. Por fim, aponta a insuficiência da formação docente e a ausência de protocolos e diretrizes municipais como fatores que limitam ações preventivas e integradas, reforçando a necessidade de tratar a violência escolar como uma questão pedagógica, institucional e de política educacional.
Silva (2020) realiza levantamento intitulado Educação e Valores Humanos: uma apreciação dos estudos produzidos no Brasil nos anos de 2013 a 2018 constitui uma importante referência para a compreensão das abordagens acadêmicas acerca da violência no ambiente educacional, ainda que esta não figure como objeto central explícito da investigação. Ao mapear teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, a pesquisa evidencia que a violência escolar emerge de forma recorrente como pano de fundo justificativo para a proposição de iniciativas voltadas à educação em valores humanos.
O estado da arte delineado pelos autores revela que a violência é majoritariamente compreendida como um fenômeno associado à indisciplina, à insegurança e a comportamentos considerados desviantes, sendo frequentemente atribuída a estudantes de escolas públicas situadas em territórios periféricos. Nesse sentido, as produções analisadas tendem a naturalizar uma relação causal entre pobreza, juventude e violência, deslocando o foco das determinações estruturais, como desigualdades sociais, econômicas e políticas para a responsabilização individual do aluno e de sua família.
Outro aspecto recorrente nas produções mapeadas refere-se à centralidade da educação em valores humanos como estratégia de enfrentamento da violência escolar. Contudo, a análise crítica empreendida pelos autores demonstra que tais valores são frequentemente reduzidos a uma dimensão normativa e moralizante, ancorada em princípios de obediência, disciplina, religiosidade e manutenção da ordem social. Essa perspectiva reforça práticas de controle, vigilância e disciplinamento dos corpos juvenis, em detrimento de abordagens que considerem a violência como expressão de conflitos sociais mais amplos e das relações de poder que atravessam o espaço escolar.
O estado da arte também aponta a família como elemento-chave na explicação e na contenção da violência no ambiente educacional, frequentemente representada como ausente ou desestruturada. Essa abordagem contribui para a culpabilização das famílias das camadas populares e para o reforço de estigmas sociais,

ao passo que invisibiliza o papel do Estado e das políticas públicas na garantia de condições dignas de escolarização e convivência.
Por fim, observa-se que as produções analisadas indicam a religiosidade e o esporte como meios privilegiados para a promoção de valores humanos e para a prevenção da violência escolar. Embora reconheçam o potencial educativo dessas práticas, os estudos tendem a instrumentalizá-las como dispositivos de controle social, especialmente quando desvinculadas de uma perspectiva crítica, emancipatória e comprometida com os Direitos Humanos.
Dessa forma, o estado da arte revela uma lacuna significativa nas produções acadêmicas do período analisado: a ausência de abordagens que compreendam a violência no ambiente educacional como fenômeno estrutural, relacional e historicamente produzido. Tal constatação reforça a necessidade de pesquisas que superem leituras moralizantes e individualizantes, contribuindo para a construção de práticas educativas voltadas à mediação de conflitos, à cultura de paz e à justiça social no contexto escolar.
Melanda (2018) no conjunto das produções acadêmicas que investigam a violência no ambiente educacional, o artigo Violência física contra professores no espaço escolar: análise por modelos de equações estruturais ocupa lugar de destaque por deslocar o foco das análises centradas exclusivamente nos estudantes para a condição do professor enquanto trabalhador exposto a situações de violência no cotidiano escolar. Trata-se de uma das poucas pesquisas quantitativas brasileiras que investigam especificamente a violência física contra docentes, evidenciando uma lacuna histórica na literatura nacional sobre o tema.
O estudo, realizado com professores da rede estadual de Londrina (PR), revela que 8,4% dos docentes entrevistados relataram ter sofrido algum tipo de violência física no espaço escolar nos doze meses anteriores à pesquisa. Ainda que numericamente inferior a outras formas de violência, como ameaças e agressões verbais, a violência física se apresenta como um evento de extrema gravidade, com impactos diretos sobre a saúde física, mental e a permanência do professor no exercício da docência. Esse dado reforça a compreensão da violência escolar como fenômeno multifacetado e recorrente, que ultrapassa episódios isolados e se inscreve na dinâmica cotidiana das relações escolares.
Uma das principais contribuições do artigo para o estado da arte reside na centralidade atribuída às condições de trabalho docente como fator explicativo da violência física. A análise por meio de modelos de equações estruturais demonstra que vínculos precários de trabalho, como contratos temporários, e a necessidade de atuação em múltiplas escolas exercem efeito direto sobre a ocorrência de violência física contra professores. Tal achado desloca leituras moralizantes ou individualizantes da violência, frequentemente presentes na literatura educacional, ao evidenciar que a precarização do trabalho docente constitui elemento estruturante da exposição à violência no ambiente escolar.
Além disso, o estudo aponta que a vivência prévia de outras situações de violência na escola, como ameaças e testemunho de agressões contra alunos ou outros professores está fortemente associada à vitimização por violência física. Essa constatação reforça a ideia de que a violência no espaço escolar se manifesta de forma cumulativa e sistêmica, criando um clima institucional de insegurança e vulnerabilidade que afeta diretamente o trabalho pedagógico e as relações interpessoais.
Outro aspecto relevante para o estado da arte é a identificação de efeitos indiretos da idade sobre a violência física, mediada pelas condições de trabalho. Professores mais jovens, frequentemente inseridos em vínculos laborais mais precários, apresentam maior exposição ao risco de violência, o que evidencia a interseção entre juventude, precarização profissional e vulnerabilidade no exercício da docência. Essa abordagem contribui para ampliar a compreensão da violência escolar como fenômeno relacional, atravessado por desigualdades geracionais e estruturais.
Do ponto de vista metodológico, o artigo também se destaca por empregar a modelagem de equações estruturais, permitindo captar não apenas relações diretas, mas também efeitos indiretos e mediadores entre as variáveis analisadas. Essa

escolha metodológica representa um avanço em relação a estudos anteriores, que se limitavam a análises de regressão tradicionais, e reforça a necessidade de abordagens mais complexas para compreender a violência no ambiente educacional.

Por fim, ao situar a violência física contra professores como expressão de desigualdades sociais mais amplas e das condições do entorno escolar, o estudo dialoga com perspectivas críticas que compreendem a escola como espaço atravessado por tensões sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, a pesquisa reforça a insuficiência de ações pontuais ou punitivas, apontando para a urgência de políticas públicas integradas que promovam a valorização do trabalho docente, a melhoria das condições de trabalho e a construção de relações democráticas e respeitosas no espaço escolar.

Mota (2018) no conjunto das produções que compõem o estado da arte sobre violência no ambiente escolar, o estudo Adolescentes escolares: associação entre vivência de bullying e consumo de álcool/drogas contribui de forma significativa ao estabelecer uma relação empírica entre práticas de bullying e comportamentos de risco à saúde, especialmente o consumo de álcool e maconha entre adolescentes. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente na dimensão pedagógica ou disciplinar da violência escolar, o artigo articula o fenômeno do bullying ao campo da saúde pública, ampliando sua compreensão enquanto agravo multifatorial.

A pesquisa, de delineamento transversal, realizada em uma escola pública localizada em território periférico de Salvador (BA), evidencia elevada prevalência de envolvimento dos adolescentes em situações de violência escolar, tanto na condição de agressores quanto de vítimas. Os dados revelam que mais de 40% dos estudantes apresentaram alto risco para agressão direta e relacional, enquanto a vitimização alcançou mais da metade da amostra. Tais achados reforçam a compreensão da violência escolar como fenômeno estruturante das relações juvenis no cotidiano escolar, e não como evento isolado ou excepcional.

Um dos principais aportes do estudo ao estado da arte reside na demonstração estatisticamente significativa da associação entre o bullying e o consumo de substâncias psicoativas. A análise multivariada indica que o consumo de bebidas alcoólicas se mantém como fator independentemente associado à agressão direta, ao passo que o uso de maconha apresenta associação específica com o bullying do tipo relacional. Esses resultados corroboram pesquisas nacionais e internacionais que apontam a coexistência entre violência escolar e comportamentos de risco, sugerindo que tais práticas compartilham determinantes sociais comuns.

Ao traçar o perfil sociodemográfico dos adolescentes envolvidos em situações de bullying, o estudo revela a predominância de estudantes do sexo masculino na condição de agressores e de meninas na condição de vítimas, bem como maior exposição de adolescentes negros, mais jovens e oriundos de arranjos familiares não nucleares. Esses achados dialogam com a literatura crítica que denuncia o papel das desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas na produção da violência escolar, evidenciando que o bullying não se distribui de forma aleatória, mas incide de maneira mais intensa sobre grupos historicamente vulnerabilizados.

O artigo também contribui para o estado da arte ao relacionar o bullying à construção social das masculinidades, destacando como estereótipos de virilidade, força e agressividade influenciam a maior participação dos meninos em práticas de violência entre pares. Tal leitura afasta explicações biologizantes ou individualizantes, aproximando-se de abordagens socioculturais que compreendem a violência como prática aprendida e legitimada em determinados contextos sociais.

Outro aspecto relevante refere-se à associação entre a vivência de bullying e experiências de violência no âmbito familiar. O estudo aponta que adolescentes que não convivem com ambos os pais apresentam maior risco de envolvimento em situações de agressão e vitimização, reforçando evidências de que a violência escolar pode se constituir como prolongamento de relações marcadas por conflitos e assimetrias de poder vivenciadas em outros espaços sociais.

Do ponto de vista das políticas públicas,

a produção analisada reforça a centralidade da articulação intersetorial no enfrentamento da violência escolar. Ao destacar o papel do Programa Saúde na Escola (PSE), o estudo evidencia a necessidade de ações integradas entre educação e saúde, superando respostas pontuais ou punitivas. A abordagem proposta dialoga com perspectivas da Educação em Direitos Humanos, ao enfatizar a promoção da cultura da paz, a prevenção ao uso de substâncias psicoativas e o cuidado integral com adolescentes.

Magalhães (2017) no conjunto das produções que compõem o estado da arte sobre violência envolvendo crianças e adolescentes, o artigo Violência intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes contribuem de modo significativo ao evidenciar que a violência experienciada no espaço doméstico constitui elemento estruturante das trajetórias juvenis, com repercussões diretas no desenvolvimento emocional, social e escolar dos adolescentes. Embora o foco do estudo não seja exclusivamente a escola, suas análises dialogam diretamente com o campo educacional ao demonstrar como a violência intrafamiliar atravessa e condiciona as experiências escolares.

Fundamentado na História Oral, o estudo desloca o olhar das estatísticas para as narrativas dos próprios adolescentes, revelando uma infância e adolescência marcadas por agressões físicas, humilhações, negligência afetiva e financeira, bem como pela vivência cotidiana da violência conjugal entre os pais. Tal abordagem qualitativa representa importante avanço no estado da arte, uma vez que possibilita compreender a violência não apenas como evento pontual, mas como fenômeno contínuo, naturalizado nas relações familiares e internalizado pelos sujeitos.

Um dos principais aportes do artigo reside na constatação de que, apesar da gravidade das experiências relatadas, os adolescentes não se reconhecem como vítimas de violência intrafamiliar. Essa dificuldade de reconhecimento aparece associada à concepção restrita de violência, majoritariamente vinculada à agressão física severa, como espancamentos ou tentativas de homicídio. Esse achado dialoga com produções anteriores que apontam a banalização da violência psicológica, das humilhações e da negligência no cotidiano familiar, o que contribui para a invisibilização do fenômeno e dificulta sua identificação por parte dos próprios adolescentes e das instituições. No âmbito do estado da arte sobre violência escolar, esse dado é particularmente relevante, pois permite compreender que muitos comportamentos observados na escola como isolamento, dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento escolar, desinteresse, agressividade, autolesão e consumo de álcool não podem ser analisados de forma dissociada do contexto familiar. O estudo evidencia que a escola, frequentemente, recebe adolescentes já atravessados por múltiplas violências, o que reforça a necessidade de superação de leituras que responsabilizam exclusivamente o estudante por seu desempenho ou comportamento.

Outro aspecto relevante refere-se às repercussões da violência intrafamiliar na saúde mental dos adolescentes, expressas por sentimentos de tristeza, sofrimento psíquico, pensamentos suicidas e comportamentos auto lesivos. Esses achados dialogam com pesquisas nacionais e internacionais que associam a vivência e o testemunho da violência doméstica ao desenvolvimento de transtornos emocionais e comportamentais, os quais impactam diretamente a permanência e o sucesso escolar. Assim, o artigo contribui para ampliar a compreensão da violência escolar ao evidenciar sua articulação com outras esferas da vida social.

O estudo também reforça o papel estratégico da escola enquanto espaço privilegiado para a identificação e o enfrentamento da violência intrafamiliar. Ao destacar que adolescentes tendem a confiar seus relatos a colegas ou professores, os autores evidenciam a centralidade dos profissionais da educação no rompimento do ciclo da violência. Contudo, a pesquisa aponta limites importantes, como o despreparo docente e a fragilidade do suporte institucional, elementos recorrentes na literatura sobre violência escolar e violação de direitos. Nesse sentido, a articulação entre educação e saúde, por meio de políticas como o Programa Saúde na Escola (PSE), emerge como eixo fundamental no enfrentamento do fenômeno. O artigo dialoga com abordagens intersetoriais presentes

no estado da arte ao defender ações de educação em saúde, formação continuada de professores e profissionais da saúde, além do fortalecimento de redes de proteção. Tal perspectiva contribui para deslocar respostas meramente punitivas ou assistencialistas, propondo estratégias preventivas, educativas e emancipatórias.

Assim, no contexto do estado da arte, o estudo reafirma que a violência intrafamiliar constitui uma dimensão indissociável da violência no âmbito escolar, exigindo análises integradas que considerem os múltiplos espaços de socialização dos adolescentes. Ao evidenciar a naturalização da violência e a dificuldade de reconhecimento das vítimas, a pesquisa aponta lacunas importantes para futuras investigações, especialmente aquelas que articulem de forma mais direta as experiências familiares às práticas pedagógicas, às relações escolares e às políticas educacionais.

Gomes (2016) no conjunto das produções acadêmicas que analisam a violência, os conflitos e a indisciplina no contexto escolar, o artigo Conflitos e indisciplina no contexto escolar: a normatização do Sistema de Proteção Escolar em São Paulo ocupa lugar relevante ao deslocar o foco das análises centradas exclusivamente nas práticas pedagógicas para o campo da política educacional e da gestão escolar, examinando os fundamentos normativos que sustentam o Sistema de Proteção Escolar (SPE). Trata-se de uma produção que contribui para o estado da arte ao evidenciar como a violência escolar é progressivamente incorporada às agendas governamentais por meio de dispositivos legais, administrativos e burocráticos.

A pesquisa, fundamentada na análise documental, evidencia que o enfrentamento da violência e da indisciplina nas escolas estaduais paulistas foi sendo construído historicamente a partir de programas que privilegiavam a participação da comunidade e ações preventivas, como o Projeto Comunidade Presente, o Projeto Prevenção Também se Ensina e o Programa Escola da Família. Esses programas, conforme aponta o artigo, apresentavam uma perspectiva mais educativa e comunitária, ainda que marcadas por limitações na efetiva participação das famílias e pela tendência à burocratização das práticas participativas.

Ao analisar o processo de institucionalização do Sistema de Proteção Escolar, o estudo revela um deslocamento significativo no modo como o Estado passa a lidar com os conflitos escolares. A criação da função do Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) emerge como tentativa de conciliar práticas pedagógicas de mediação com dispositivos de controle, vigilância e responsabilização. Essa ambivalência constitui uma das principais contribuições do artigo ao estado da arte, ao demonstrar que o SPE se estrutura a partir de dois discursos tensionados: um discurso pedagógico, baseado na mediação, no diálogo e na cultura da paz, e outro de natureza jurídico-administrativa, orientado pela normatização, registro de ocorrências e acionamento de instâncias do sistema de justiça.

O artigo evidencia que os Manuais de Normas Gerais de Conduta Escolar e de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania materializam essa tensão. Enquanto o primeiro enfatiza direitos, deveres e práticas disciplinares no interior da escola, o segundo amplia o olhar para o campo do Direito, detalhando crimes, atos infracionais e procedimentos legais. Tal configuração revela uma tendência, identificada em outras produções do estado da arte, de judicialização da vida escolar, na qual conflitos cotidianos passam a ser enquadrados por categorias jurídicas, deslocando o eixo da mediação pedagógica para o controle institucional.

Outro aspecto relevante destacado pelo estudo diz respeito à centralidade do Registro de Ocorrência Eletrônica (ROE) como instrumento de monitoramento e gestão da violência escolar. Ao permitir o acesso imediato dos órgãos centrais às ocorrências registradas nas escolas, o ROE reforça uma lógica de vigilância e padronização das respostas institucionais, aspecto que dialoga com análises críticas presentes na literatura sobre políticas de segurança escolar e governamentalidade. No estado da arte, esse elemento contribui para compreender como a violência escolar passa a ser produzida também como dado estatístico e objeto de gestão administrativa.

No que se refere à atuação do PMEC, o artigo aponta limites importantes relacionados às formas de seleção, às condições de trabalho e à ausência de forma-

ção continuada específica. Ao evidenciar que a função de mediador, muitas vezes, é atribuída a docentes em situação funcional fragilizada, o estudo dialoga com pesquisas que denunciam a precarização do trabalho docente e sua relação com a efetividade das políticas públicas no enfrentamento da violência escolar. Tal constatação reforça a compreensão de que a mediação de conflitos exige perfil profissional, formação consistente e reconhecimento institucional, sob pena de se reduzir a função a um mecanismo paliativo.

Do ponto de vista do estado da arte, o artigo também contribui ao problematizar a insuficiência das ações formativas oferecidas pela Secretaria de Estado da Educação, as quais, segundo os autores, não tomam o cotidiano escolar e os conflitos concretos como ponto de partida. Essa crítica converge com produções que defendem a escola como lócus privilegiado da formação continuada e apontam a necessidade de articulação entre políticas de formação docente e políticas de enfrentamento da violência escolar.

Assim, a análise da normatização do Sistema de Proteção Escolar evidencia que, embora o SPE represente um avanço ao reconhecer a centralidade da violência e dos conflitos no cotidiano das escolas, sua implementação permanece marcada por contradições. O estado da arte revela que a política oscila entre a promoção de práticas dialógicas e restaurativas e a adoção de estratégias de controle, registro e judicialização, o que limita seu potencial emancipatório. O estudo reforça, portanto, a necessidade de pesquisas e políticas que compreendam a violência escolar como fenômeno relacional, histórico e socialmente produzido, demandando respostas integradas, formativas e comprometidas com a Educação em Direitos Humanos.

Cunha (2014) no artigo Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva insere-se no conjunto de pesquisas busca compreender a violência escolar para além de eventos pontuais, analisando-a como fenômeno relacional, atravessado por dinâmicas institucionais e contextuais. Sua principal contribuição ao estado da arte reside na articulação entre dois campos teóricos historicamente desenvolvidos de forma separada: os estudos sobre clima escolar, oriundos da sociologia da educação e das pesquisas sobre efeito-escola, e o conceito de eficácia coletiva, proveniente da sociologia urbana e dos estudos sobre criminalidade.

Ao adotar como foco as percepções dos estudantes, o estudo desloca a análise da violência escolar do plano exclusivamente normativo ou administrativo para o plano da experiência vivida pelos sujeitos escolares. Essa opção metodológica dialoga com uma tendência consolidada no estado da arte, que reconhece as percepções como indicadores relevantes para a compreensão do clima escolar e dos sentimentos de segurança, pertencimento e bem-estar no ambiente educativo. Nesse sentido, o artigo contribui para reforçar a ideia de que a violência escolar não se reduz à ocorrência objetiva de agressões, mas envolve também dimensões simbólicas, emocionais e relacionais.

No campo das pesquisas sobre violência escolar, o estudo avança ao demonstrar empiricamente a associação negativa entre clima escolar e percepções de violência. Os resultados indicam que escolas avaliadas negativamente pelos alunos tendem a ser aquelas nas quais há maior relato de brigas, agressões físicas, porte de armas e presença de drogas e bebidas alcoólicas. Tal achado converge com estudos clássicos e contemporâneos que apontam o clima escolar como fator central na prevenção da violência e na promoção de ambientes educativos seguros, reforçando a importância das relações interpessoais, da organização institucional e da participação dos sujeitos na vida escolar.

A incorporação do conceito de eficácia coletiva representa outro avanço relevante para o estado da arte. Ao dialogar com Sampson, Raudenbush e Earls (1997), o artigo amplia a compreensão da violência escolar ao situá-la em relação às características do entorno da escola e às dinâmicas sociais mais amplas. A eficácia coletiva, entendida como a combinação entre coesão social e controle social informal, permite compreender como a fragilidade das relações de confiança e da capacidade de ação coletiva impacta tanto os contextos comunitários quanto os escolares. Essa articulação contribui para superar análises que isolam a escola de seu contexto social, evidenciando a permeabilidade entre vio-

lência intra e extraescolar.
Outro aspecto relevante para o estado da arte refere-se à constatação de que as percepções de violência dentro da escola estão fortemente associadas às percepções de violência fora dela. Esse resultado reforça uma leitura já presente na literatura crítica, segundo a qual a escola não pode ser compreendida como espaço neutro ou protegido das desigualdades e conflitos sociais. Ao contrário, as dinâmicas de violência que atravessam os territórios nos quais as escolas estão inseridas influenciam diretamente o clima escolar, as relações entre os sujeitos e as possibilidades de construção de ambientes educativos mais democráticos.
Do ponto de vista metodológico, o uso de dados quantitativos provenientes de survey e a realização de análises multivariadas contribuem para fortalecer empiricamente um campo de estudos que, em muitos casos, é marcado por abordagens predominantemente qualitativas. Ainda assim, o próprio artigo reconhece o caráter exploratório de suas análises, o que aponta para uma lacuna no estado da arte: a necessidade de estudos longitudinais e de metodologias mistas que permitam compreender com maior profundidade as relações de causalidade entre clima escolar, eficácia coletiva e violência.
O estudo também dialoga com pesquisas que apontam a presença de drogas e armas no espaço escolar como indicativo de fragilidades nos mecanismos de supervisão, controle e coesão institucional. Ao evidenciar que tais fatores se associam a avaliações negativas da escola por parte dos alunos, o artigo reforça a compreensão de que políticas de enfrentamento da violência escolar não podem se restringir a ações punitivas ou de segurança, mas devem priorizar o fortalecimento das relações escolares, o senso de pertencimento e a participação efetiva dos estudantes, famílias e profissionais da educação.
Por fim, no contexto do estado da arte, o artigo contribui ao indicar caminhos para investigações futuras, especialmente no que se refere às relações entre clima escolar, violência e desempenho acadêmico, à participação das famílias no cotidiano escolar e à articulação entre escola e políticas públicas de segurança e proteção social. Ao articular clima escolar e eficácia coletiva, a pesquisa reforça a necessidade de abordagens integradas e intersetoriais, capazes de compreender a violência escolar como fenômeno complexo, histórico e socialmente produzido.
O artigo A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar insere-se no estado da arte das pesquisas que buscam compreender a violência escolar para além de manifestações episódicas ou comportamentais, tratando-a como um fenômeno multidimensional, histórico e socialmente produzido. Sua principal contribuição ao campo reside na articulação entre referenciais da filosofia política, da sociologia, da psicanálise e da educação, o que permite uma leitura ampliada das dinâmicas de poder, disciplina e subjetivação que atravessam o cotidiano escolar.
No conjunto da produção acadêmica sobre violência na escola, o texto dialoga diretamente com autores que problematizam a naturalização das práticas disciplinares e punitivas, ao incorporar as categorias de violência subjetiva, simbólica e objetiva/sistêmica. Essa abordagem contribui para o estado da arte ao evidenciar que a violência escolar não pode ser reduzida a atos explícitos de agressão entre estudantes, mas envolve processos institucionais, discursivos e normativos que produzem exclusões, estigmatizações e desigualdades no interior da escola.
O estudo problematiza o uso indiscriminado do conceito de bullying, alertando que sua generalização pode ocultar a complexidade das diferentes formas de violência escolar. Ao reduzir situações diversas a uma única categoria, corre-se o risco de deslocar a análise das condições sociais e institucionais para o plano individual, responsabilizando apenas os estudantes. Dessa forma, os autores defendem a necessidade de compreender os conflitos de maneira contextualizada, considerando os fatores históricos, sociais e culturais que atravessam o ambiente escolar.
No campo das políticas educacionais, o estudo aponta limites em abordagens centradas na judicialização e na medicalização dos conflitos. A recorrente transferência de problemas escolares para instâncias externas, como serviços de saúde ou sistema jurídico, revela uma tendência de controle que, muitas vezes, substitui o diálogo pedagógico. Nesse

sentido, os autores defendem práticas que fortaleçam a mediação de conflitos e a construção coletiva de respostas no interior da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo denota que a violência escolar é compreendida como um fenômeno que não pode ser explicado apenas por comportamentos individuais ou pela violência urbana. Há uma relação direta entre o contexto social e as dinâmicas escolares, evidenciando que a escola também reproduz desigualdades e práticas de exclusão. A responsabilização dos alunos pelo fracasso escolar, por exemplo, revela uma lógica individualizante que desconsidera fatores sociais e institucionais.

Nesse contexto, práticas baseadas na punição, humilhação e controle ainda presentes em algumas escolas entram em conflito com propostas pedagógicas que valorizam o respeito, a dignidade e a formação moral. A educação, nesse sentido, deve promover o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da convivência ética, e não o medo ou a submissão.

Por fim, o estudo destaca a necessidade de repensar as práticas educativas e as políticas públicas, priorizando ações formativas, participativas e integradas. O enfrentamento da violência escolar exige o envolvimento da comunidade, a valorização do diálogo e a construção de uma cultura de paz. Assim, a escola pode cumprir seu papel social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e para a redução das desigualdades na busca por uma escola justa e democrática.

REFERÊNCIAS

BISPO, F. S.; LIMA, N. L. DE. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. Educação em Revista, v. 30, n. 2, p. 161–180, abr. 2014.

CUNHA, M. B. Possíveis relações entre percepções de violência dos alunos, clima escolar e eficácia coletiva. Educação e Pesquisa, v. 40, n. 4, p. 1077–1092, out. 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". Educação e Sociedade, [S.l.], ano 23, n. 79, 2002.

GOMES, R. A.; MARTINS, A. M. Conflitos e indisciplina no contexto escolar: a normatização do Sistema de Proteção Escolar em São Paulo. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 24, n. 90, p. 161–178, jan. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAGALHÃES, J. R. F. DE. et al. Violência intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes. Escola Anna Nery, v. 21, n. 1, p. e20170003, 2017.

MELANDA, F. N. et al. Violência física contra professores no espaço escolar: análise por modelos de equações estruturais. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 5, p. e00079017, 2018.

MOTA, R. S. et al. ADOLESCENTES ESCOLARES: ASSOCIAÇÃO ENTRE VIVÊNCIA DE BULLYING E CONSUMO DE ÁLCOOL/DROGAS. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 27, n. 3, p. e3650017, 2018.

SILVA, L. S. D.; PINHEIRO, W. D. C. EDUCAÇÃO E VALORES HUMANOS: UMA APRECIAÇÃO DOS ESTUDOS PRODUZIDOS NO BRASIL NOS ANOS 2013 a 2018. Educação em Revista, v. 36, p. e234587, 2020.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 45, p. 145–164, fev. 2001.

ZUCCO, L. P.; TRINDADE, M. T. Violências: uma questão da escola? O que pensam os(as) professores(as) de uma escola pública. Educação e Pesquisa, v. 50, p. e275099, 2024.